

Migração Internacional E Remessas De Migrantes: Elementos Para Uma Análise Marxista¹

International Migration and Migrants Remittances: Elements for a Marxist analysis

Luís Felipe Aires Magalhães²

Resumo: A migração é um elemento da formação econômica e social do nosso país, tendo uma relação direta com a conjuntura do sistema capitalista de produção e distribuição de riqueza entre os homens. Para entender, portanto, a nossa realidade atual é necessário estudar a questão da migração na perspectiva histórica. O capitalismo gera, com a seus mecanismos de produção e reprodução do capital, uma grande massa de desempregados e uma grande população relativa, que sem obter emprego cria o excedente demográfico que migrará para a sua sobrevivência. A crise social e econômica do nosso continente nas últimas décadas tem impulsionado essa dinâmica, formando com ela um pesado fluxo de migrantes para os EUA de países latino-americanos. Sob migrantes tem afetado a super-exploração das suas forças de trabalho, os elementos centrais da inversão da tendência de queda nos lucros. Além disso, os migrantes atuam nas estruturas demográficas dos EUA, aliviando as pressões do envelhecimento e contribuindo mais do que os nativos para o crescimento da população. Para os países de origem dos migrantes, é o dano da fuga de cérebros. Ainda assim, há razões importantes para o estudo das remessas dos migrantes e seus efeitos sobre os países dependentes da América Latina.

Palavras-chave: Migração Internacional; Remessas De Migrantes; Análise Marxista.

Abstract: The migration is a element of the economics and social formation of our countries, and has un direct relation with the conjuncture of the capitalist system of production and distribution of the human's wealth. For understand, hence, our actual reality is necessary the study of the migration at a historical perspective. The capitalism create, with his mechanisms of capital production and reproduction, a broad worker's masse, which no obtain job and a relative over-population, framework of the demographic exceedance, which will migrate for his subsistence. The latin-american social and economics crisis of the lasts decades has propel this dynamics, creating whit this a intense latin-american migration flow into the United States, lightening the pressures of the aging and contributing more the natives to the population growth. For the migrant's origin countries, rest the brain drain's disadvantages. But, there are matters rations for the migrant's remittance's study and his effects on the latin-american dependent countries.

Key-words: International Migration; Remittances Of Migrants; Marxist Analysis.

Introdução

O presente artigo objetiva refletir metodologicamente sobre o condicionamento social e econômico do processo migratório, apresentando o importante marco teórico-metodológico do marxismo para o estudo desta questão. Buscaremos, com isso, situar as migrações internacionais no terreno concreto do desenvolvimento capitalista e suas desigualdades nacionais e regionais. Inicialmente, analisaremos não apenas como, historicamente, o capitalismo dependente cria e

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de tutoria a distância de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina e Colaborador do Instituto de Estudos Latino-Americanos. E-mail: fel1487@yahoo.com.br

aprofunda sua super-população relativa e seu excedente populacional, gerando intensos fluxos migratórios da periferia para o centro, mas também as principais características deste processo e sua repercussão econômico-demográfica nos Estados Unidos. Feito isto, concentraremos nossas atenções também no urgente estudo das remessas de migrantes e sua importância para os países da América Latina e Caribe.

2. A migração internacional na formação do capitalismo dependente

O processo migratório é parte indissociável do desenvolvimento humano, de suas formas de produção de riqueza e de ocupação e transformação do espaço. Tal desenvolvimento, enquanto processo histórico, foi de fundamental importância para o povoamento dos continentes e a formação não apenas das nações mas também do sentimento nacional, étnico e cultural dos povos. Embora nos remeta, portanto, a processos civilizatórios de longa data, podemos identificar, sob o capitalismo, um tipo particular de processo migratório e, mais concretamente, de especificidades assumidas pelas migrações na atual conjuntura deste modo de produção.

A formação das cidades, espaço inicial do desenvolvimento capitalista, foi mais diretamente produto das migrações internas do campo às cidades que do crescimento vegetativo da população nestas últimas. A concentração nas cidades de maiores contingentes populacionais foi vital para o processo de formação da classe trabalhadora e da “grande transformação” característicos da criação histórica da grande indústria moderna.

“Essas migrações, no entanto, também ocorrem entre os diferentes países, o que constitui um outro traço do desenvolvimento do capitalismo. Tem havido um permanente fluxo internacional de população, que, em determinadas circunstâncias, têm-se acentuado. A história recente não poderia ser bem compreendida se não fosse considerada a interação entre os países através das suas populações. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos” (BRITO, 1995, p. 53).

A própria formação econômica e social da América Latina é resultado do processo migratório, seja a partir da migração européia (e formação dos chamados “povos transplantados”) seja a partir da fusão destes migrantes com os africanos trazidos como escravos e os indígenas que por aqui viviam. Destas fusões, povos novos, povos testemunhos e povos emergentes foram criados *pari passu* sua integração, dependente, ao mercado mundial.

No século XIX, com as primeiras manifestações de crise estrutural do capitalismo, o modo de produção capitalista passa a expandir-se pela via do imperialismo, e “convida” a América Latina a participar do mercado mundial de outra forma, não mais exportadora física das matérias-primas necessárias à produção capitalista mas também como mercado consumidor destas mercadorias e economias exportadoras de bens-salários – contribuindo assim para desenvolver o modo de produção capitalista em escala global (MARINI, 2005). No que se refere a nossa preocupação principal neste artigo, importa destacar o papel das migrações no desenvolvimento de nosso continente durante o período da primeira grande expansão imperialista na América Latina e de crise na Europa.

“Estima-se que entre 1850 e 1914, aproximadamente 30 milhões de pessoas emigraram da Europa para a América, principalmente para os Estados Unidos, Brasil e os países da Bacia do Prata. Até aquele momento, este foi o maior movimento migratório internacional da história dos povos. Entre 1846 e 1875, 9 milhões de pessoas, quatro vezes a população de Londres, deixaram a Europa (...). Calcula-se que, na década de 80 do século XIX, 700 a 800 mil europeus emigraram por ano e, na década seguinte, 1 a 1,4 milhões por ano” (BRITO, 1995, p. 55).

O trecho acima nos permite identificar também a relação existente entre crise capitalista e emigração, e o condicionamento de grandes fluxos migratórios a partir do aumento dos excedentes populacionais. Esta relação é particularmente importante para o caso da migração da periferia para o centro, principal aspecto da atual questão migratória mundial. A seguir veremos como o excedente demográfico tem sua criação intimamente relacionada à forma capitalista de produção de mercadorias – que é também uma forma de produção de uma superpopulação relativa e de uma massa de trabalhadores desempregados.

3. Super-população relativa e crise do capitalismo dependente

A economia latino-americana tem passado, sobretudo a partir do início da década de 1990, por sucessivas ondas de modernização capitalista, implantadas sob a forma de reformas neoliberais. Estas reformas implementaram profundas desregulações em instrumentos importantes de política econômica, como a conta de capitais, o regime cambial e as estruturas fiscal e monetária. Estas transformações dos anos 1990 inseriram-se no contexto de um continente em profunda crise de endividamento e de redefinição do papel do Estado na Economia, processo este que nos remete, por sua vez, à década anterior.

A tomada do Estado pela aristocracia financeira inaugura a estratégia de valorização financeira e fictícia do capital. O processo de endividamento estatal e as inúmeras possibilidades de reprodução do sistema via títulos da dívida aprofundaram os mecanismos de centralização do capital e de transferência do valor, reforçando os laços de dependência e subordinação da periferia, ao passo que davam novo fôlego à acumulação nos países centrais. A crise social aberta pelo endividamento do Estado exigia uma resposta e é neste contexto em que o chamado neo-liberalismo ocupa seu lugar na história: “inaugurou-se a era dos planos de estabilização destinados segundo a lógica dominante, a extirpar das sociedades latino-americanas o terrível mal da inflação, um imposto que a mesma lógica impunha; perdas especialmente aos mais pobres que não possuíam outro mecanismo de defesa, que não fosse o próprio valor da moeda” (NOGUEIRA, 2001, p. 33). Deste modo, a conjuntura desfavorável na esfera da circulação de capital, e o plano de estabilização via desregulamentação comercial, veio a reforçar a exploração na esfera da produção de capital. A ideologia dominante era a de que a economia brasileira poderia reposicionar-se no mercado mundial a partir de políticas econômicas de incentivo à inovação empresarial e da colocação das empresas brasileiras em um ambiente de intensa concorrência, sem qualquer exigência de ruptura com as estruturas do mercado mundial e de mudança na natureza das relações de produção. A integração entre os empresários da periferia e os do centro permitiria aos primeiros desenvolver-se tecnologicamente e substituir as formas de exploração absoluta pela relativa. Por tal razão, grande parte das

barreiras, proteções e subsídios comerciais que incidiam sobre as empresas nacionais e garantiam-lhe mercado consumidor foi eliminada: um dos primeiros efeitos desta abertura comercial desregulada foi a diminuição dos custos de produção. Dependente tecnologicamente, não houve outro fator de produção a ser enxugado nos países da região que não a própria força de trabalho. Explica-se assim o enorme crescimento da taxa de desemprego, da informalidade, da precarização das relações de trabalho e de outras formas de super-exploração da força de trabalho na América Latina:

Tabela I - Desemprego Urbano na América Latina entre 1990 e 2003 (em %).

Ano	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Equador	México	Nicarágua	Paraguai	Perú	Uruguai	Venezuela
1990	7,4	4,3	10,2	5,4	6,1	2,7	7,6	6,6	8,3	8,5	10,4
1999	14,3	7,6	19,4	6,2	14,4	3,2	13,2	9,4	9,2	11,3	15
2003	15	12,3	16,7	6,7	9,8	3,2	10,2	11,2	9,4	16,9	18

Fonte: CEPAL, 2005.

Rapidamente também se verificou um intenso processo de privatização das empresas estatais de serviço público e de desnacionalização (pelas fusões e aquisições) das empresas brasileiras, privadas e estatais. Combinado à expansão da informalidade nas relações de trabalho e à própria precarização destas, o panorama social observado na América Latina desde a década de 1980 tem sido o de um profundo agravamento da marginalidade e da pobreza sobre as famílias menos favorecidas, apenas parcialmente cobertas pelos programas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família, no Brasil, o Juntos, no Perú, o Familias en Acción, na Colômbia, e os Juancito Pinto e Renta Dignidad na Bolívia, por exemplo. Nas últimas décadas, a crise econômica e social na América Latina condenou milhões de latino-americanos à pobreza e múltiplas formas de marginalidade. Cabe destacar que a produção de uma extensa massa de miseráveis e de um exército industrial de reserva necessário à acumulação de capital de forma alguma é exclusividade do capitalismo dependente, mas adquire neste contornos específicos que nos exigem grande dose de atenção.

É especificamente neste ponto em que temos um terreno fértil para o estudo da questão migratória a partir de uma superpopulação relativa criada pelo processo de acumulação de capital e que será, veremos, a base concreta do chamado excedente demográfico. Marx foi com efeito minucioso ao desvendar os mecanismos pelos quais “a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 1984, p. 199). Esta super-população é produto inerente do processo de produção e valorização do capital, atuando não apenas nas condições gerais da exploração no processo produtivo mas também na determinação do nível dos salários, sendo portanto utilizada pelo capital para a elevação da exploração no terreno concreto do chão da fábrica.

“Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa super-população torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria

custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (...).

Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural” (MARX, 1984, ps. 200 e 202).

No capitalismo dependente, estas condições agravam-se com os mecanismos específicos da super-exploração da força de trabalho, aprofundados pela estrutural dissociação entre as esferas de produção e de circulação do capital, característica da economia exportadora. O agravante dos anos 1980 e 1990, e que amplificam a crise econômica e social, amplia também o exército industrial de reserva, parte integrante da superpopulação relativa, sob suas três distintas formas – líquida, latente e estagnada. Sem qualquer equívoco, os maiores prejudicados pela crise econômica e social dos anos 1980 e 1990 foram as classes trabalhadoras. Cíclicamente, viram não apenas o poder de compra de seu salário esvaír-se através dos mecanismos de transferência de valor do trabalho ao capital (em especial, a inflação), mas também elevar-se o desemprego e intensificar-se as formas de super-exploração de sua força de trabalho. Aspecto também significativo desta conjuntura desfavorável foi a gradativa transformação de direitos em mercadoria, algo não exclusivo à educação e à saúde, mas, presente também no desmonte das estruturas trabalhista e previdenciária anteriores ao neo-liberalismo.

“É claro que a super-exploração da força de trabalho não veio só; foi acompanhada de perdas de conquistas sociais longamente arrancadas do capital em décadas anteriores, sob outras condições de luta e acumulação. Nada indica que o pesadelo acabou; ao contrário, posto que esta reconfiguração da correlação de forças internas é também produto das novas condições de valorização do capital em escala mundial, que se apresenta tanto na periferia, como no centro, uma exigência por um grau maior de exploração da força de trabalho. Na periferia, esta exigência se apresenta sob a forma de super-exploração e vem inevitavelmente acompanhada de perdas de garantias sociais e de diminuição da políticas sociais destinadas a reproduzir a força de trabalho em condições normais. Afinal, diante do aumento do exército industrial de reserva que se expressa, entre outras, pelos altos níveis de desemprego inéditos na região, por que não extorquir ainda mais os trabalhadores? Quando estes jogam suas vidas para garantir o emprego, por que não estariam mais vulneráveis ainda diante do dspotismo do capital?” (NOGUEIRA, 2001, p. 42).

Operando estas condições, a super-população relativa, que engloba o exército industrial de reserva, condiciona a existência de verdadeiro excedente demográfico nos países dependentes. Trata-se de uma massa de trabalhadores que, mesmo não inseridos diretamente na produção capitalista sob a forma de trabalho e emprego, são primordiais para a manutenção e agravamento da exploração dos trabalhadores e a constante pressão sobre os salários. As transformações dos anos 1980 e 1990 atuaram no sentido de ampliar este excedente sob condições muito particulares: elevação do desemprego, da infomalização e intensificação da centralização do capital. Por outro lado, a tomada do Estado pela aristocracia financeira significou o desmonte do aparato público de assistência social, e, como vimos, a transformação em mercadoria dos antigos direitos e garantias sociais e individuais. Como resultado, as condições gerais de vida da população tornaram-se mais precárias, e a insegurança sobre a possibilidade de reproduzir-se socialmente nestas condições agravou-se. É neste

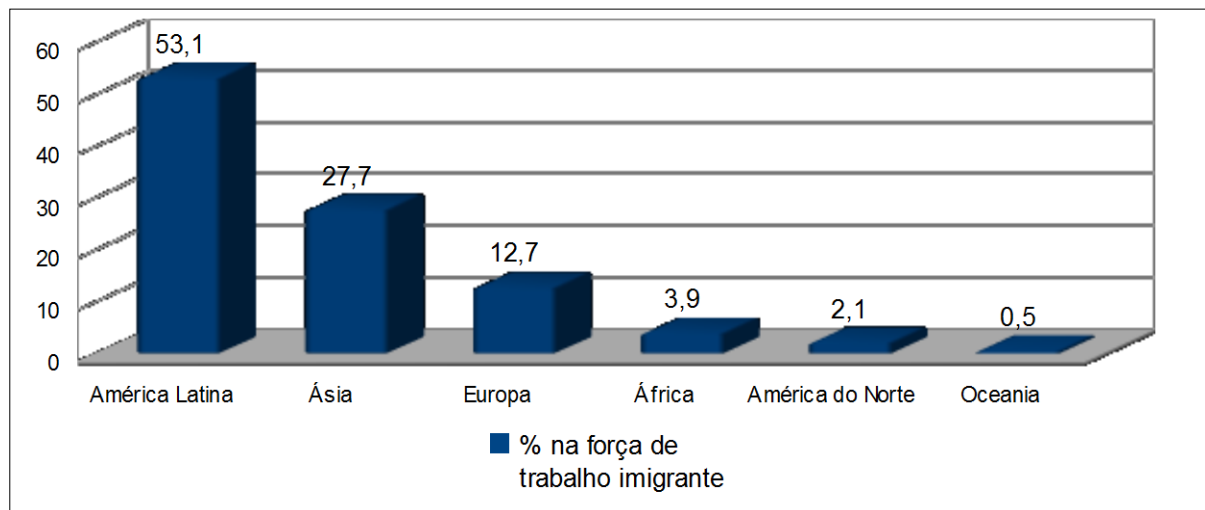
contexto que, particularmente a partir do início dos anos 1980 a migração internacional para os países do centro do sistema capitalista intensificou-se de forma profunda, como estratégia mesmo de sobrevivência.

No contexto destas migrações internacionais, importa-nos, por ora, delimitar as formas fenomênicas de sua manifestação, em especial no que tange à participação deste excedente na força de trabalho dos Estados Unidos.

4. Características gerais do trabalho imigrante latino-americano nos Estados Unidos

A maior parte da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos é latino-americana, como pode ser visto abaixo:

Gráfico I – Origem da força de trabalho imigrante dos Estados Unidos (2010)



Fonte: Censo Demográfico EUA, 2011.

Somente do México parte um contingente de trabalhadores que representa 29,8% da força de trabalho imigrante residente nos Estados Unidos (no Censo de 2000, esta participação era de 21,7%).

A importância da força de trabalho imigrante nos Estados Unidos para a acumulação de capital em tempos de crise capitalista se expressa na crescente disputa entre empregadores (a quem interessa o recurso a esta força de trabalho excedente, de uma forma geral sub-remunerada) e uma parte de trabalhadores nativos organizados em grupos anti-migratórios. Esta disputa se manifesta na própria política migratória norte-americana, bastante seletiva e com cotas diferenciadas segundo uma estratificação social e econômica:

“O Immigration Act, de 1990, estabeleceu que a imigração será administrada segundo uma lista hierarquizada de cinco situações preferenciais, cabendo uma certa quota a cada uma delas.

- Preferência 1: trabalhadores com extraordinária competência nas artes, ciências, educação, negócios, esportes têm uma quota anual de 40.000;
- Preferência 2: trabalhadores com graus avançados e excepcional competência nas artes, ciências, etc, têm uma quota anual de 40.000;

- Preferência 3: trabalhadores qualificados com pelo menos 2 anos de treinamento ou experiência, bacharéis e profissionais graduados, têm uma quota anual de 10.000;
- Preferência 4: religiosos, médicos, aposentados de organizações internacionais têm uma quota anual de 10.000;
- Preferência 5: investidores de US\$1.000.000, criadores de empregos para 10 empregados americanos têm uma quota anual de 10.000” (HEIDEMANN & SILVA, 2007, p. 26).

A natureza da política migratória resulta das exigências mesma do capital, podendo ser permissiva em momentos de intenso crescimento econômico e restritiva em momentos de crise do capitalismo nacional, além de expressar o constante embate entre os sindicatos de trabalhadores nativos e os empregadores que buscam a força de trabalho mais barata da super-população relativa. É, portanto, uma natureza seletiva.

4.1 Diferença nacional dos salários e fuga de cérebros

Esta seletividade consagra de modo dramático as diferenças de tratamento ao migrante “qualificado”. O capital em seu processo de acumulação se apropria das diferenças existentes no seio da força de trabalho e constrói uma política migratória à imagem e semelhança de seus interesses. Na América do Norte, a construção do acordo do TLCAN (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) amparou-se nestas diferenças, criando uma política migratória discriminadora, seletiva e vanjatora ao capital.

“À primeira vista, o TLCAN parece negar a existência do tema 'migração', deixando-o de fora do acordo. O TLCAN, entretanto, aborda, sim, o tema e o faz segmentando, hierarquizando e polarizando os trabalhadores em diversas categorias, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. A legislação do TLCAN simplesmente ignora os trabalhadores pouco qualificados. Nada é dito sobre eles, que são, na verdade, o grosso do fluxo migratório mexicano aos Estados Unidos.
2. O TLCAN permite, com ressalvas, a mobilidade espacial internacional de profissionais de 63 categorias, todas elas de alta qualificação e de alta rentabilidade para as empresas e bancos, como empresários, investidores, financistas e outros tantos. A única ressalva é para os profissionais mexicanos: enquanto os canadenses e estadunidenses desfrutam de ampla mobilidade pelo espaço territorial e econômico do TLCAN, com regras padronizadas, harmônicas e pouquíssimas exigências burocráticas, os trabalhadores mexicanos de alta qualificação precisam obter um visto para entrar nos Estados Unidos (este visto não é necessário para entrar no Canadá).

A única referência concreta do TLCAN à migração diz respeito à regulamentação oficial da 'entrada temporária de pessoas de negócios' nos três países. Fica patente, desta forma, que se asseguram aos trabalhadores formais e qualificados a liberdade de movimento, enquanto aos restantes dos trabalhadores não resta nem a letra morta da lei, mas somente o rigor do controle dos postos de vigilância nas fronteiras” (CASTELO-BRANCO, 2005-2006, ps. 69-70).

A diferença nacional dos salários opera de forma fundamental os mecanismos da fuga de cérebros. Vejamos de forma mais detalhada como se desenvolvem estes

mecanismos e qual a função da diferença nacional dos salários sobre a migração de trabalhadores.

“Em cada país vale certa intensidade média do trabalho, abaixo do qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais tempo que o socialmente necessário, e por isso não conta como trabalho de qualidade normal. Apenas um grau de intensidade que se eleva acima da média nacional, num país dado, muda a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho. Não ocorre o mesmo no mercado mundial, cujas partes integrantes são os vários países. A intensidade média do trabalho muda de país para país; é aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem assim uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Comparando com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz pois, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro” (MARX, 1984, ps. 145-146).

No mercado mundial, portanto, há a troca de magnitudes distintas de intensidade de trabalho e, portanto, troca desigual de valores. Durante muito tempo a Economia Política latino-americana viu nesta questão tão somente a vigência da deterioração dos termos de troca, o que tornava possível, apenas formalmente, uma nova colocação no mercado mundial se alterada a natureza do produto que vincula determinado país da periferia a este mercado. Por tal razão, industrialização e modernização via substituição de importações conquistaram tanto respaldo, sobretudo entre os economistas, tendo se transformado em verdadeira profissão de fé na maioria dos países subdesenvolvidos. A ausência de qualquer transformação estrutural mesmo em condição de industrialização e o fato mesmo desta ter se demonstrado dependente, agravando com isso a transferência de valor, revelam a insuficiência do projeto burguês reformista de superação do subdesenvolvimento e a essência mesmo do atraso que este projeto visava ocultar: o subdesenvolvimento não se assenta na natureza dos produtos envolvidos nas trocas internacionais mas sim na natureza das relações de produção destas mercadorias.

“Porém, a lei do valor é modificada ainda mais em sua aplicação internacional pelo fato de que no mercado mundial o trabalho nacional mais produtivo conta também como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor.

Na medida em que a produção capitalista é desenvolvida num país, na mesma medida elevam-se aí também a intensidade e a produtividade nacional do trabalho acima do nível internacional. As diferentes quantidades de mercadorias da mesma espécie, que são produzidas em tempo igual de trabalho em diferentes países, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em somas diferentes de dinheiro conforme os valores internacionais. O valor relativo do dinheiro será portanto menor na nação em que o modo de produção capitalista é mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvido. Segue, portanto, que o salário nominal, o equivalente da força do trabalho expresso em dinheiro, será também mais alto na primeira nação que na segunda; o que de forma alguma significa que isso também é válido para o salário real, isto é, para os meios de subsistência colocados à disposição do trabalhador.

Porém, mesmo abstraindo essa diferença relativa do valor do dinheiro em diferentes países, será frequentemente verificado que o salário diário, semanal etc, na primeira nação é mais alto que na segunda, enquanto o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto à mais-valia

como ao valor do produto, na segunda nação é mais alto que na primeira” (MARX, 1984, p. 146).

Assim, pois, vemos que os salários são estruturalmente maiores nos países centrais, e o menor valor relativo do dinheiro nestes países permite ao trabalhador acesso mais amplo a bens e serviços. Esta diferença ou diversidade dos salários opera de forma decisiva o processo migratório internacional. Para os trabalhadores que compõem o excedente demográfico e o exército industrial de reserva, de uma forma geral, significa mais que remuneração relativa maior: trata-se de uma inserção laboral mínima, um salário vantajoso em relação ao observado na economia dependente e a possibilidade, por fim, de poupar uma parte de seu rendimento e enviá-la a seus familiares no país de origem sob a forma de remessas de migrantes. Para os trabalhadores qualificados a realidade pode ser ainda mais desigual, e neste ponto voltamos ao tema da fuga de cérebros. O informe do Banco Mundial sobre migrações e fuga de cérebros reúne um conjunto de observações importantes que nos permitem perceber a vigência da diferença nacional dos salários e a importância desta na fuga de cérebros. O mecanismo é simples: enquanto um pesquisador de nível de mestrado no Brasil recebe uma bolsa mensal de R\$1.200,00, perfazendo anualmente R\$14.400,00, um pesquisador de mesmo nível residente nos Estados Unidos recebe mensalmente algo em torno de R\$10.000,00, totalizando mais de R\$100.000,00 ao fim de um ano, “além de o aluno receber ainda uma quantia extra para cobrir os custos da anuidade do curso e, na maior parte dos casos, também de alojamento universitário (BANCO MUNDIAL, 2004). A diferença referente às estruturas científicas e tecnológicas, decisivas sobre o trabalho técnico-científico e sobre os resultados de pesquisa e desenvolvimento, são ainda mais gritantes: enquanto os Estados Unidos investem pesadamente neste setor, reproduzindo uma ampla rede internacional de captação de cientistas pelo mundo, e concentrando portanto um grande contingente de técnicos, cientistas e pesquisadores de todas as partes do mundo, o Brasil, por outro lado, marginaliza esta área, por que marginaliza na Universidade as áreas essenciais para qualquer política de desenvolvimento científico e tecnológico (química, física e matemática, principalmente). Estas estruturas desiguais repercutem de forma decisiva sobre o futuro de uma massa de médicos, físicos, químicos e demais cientistas do capitalismo dependente.

Os dados apresentados pelo Banco Mundial em seu informe sobre migrações e fuga de cérebros permite-nos perceber uma realidade ainda mais dramática para outros países latino-americanos, em especial os centro-americanos e caribenhos. Mais de 50% dos egressos universitários da América Central e do Caribe vivem fora de país. Estas cifras são ainda piores para a Guiana (89%), a Jamaica (85%) e o Haiti (84%). Para o caso brasileiro, um percentual entre 0,6 e 2,2% dos egressos universitários residem fora do país. Trata-se de um exército intelectual de reserva produzido pelo capitalismo dependente levado como excedente demográfico ao trabalho nos países centrais.

E se na “terra das oportunidades” os imigrantes qualificados cumprem uma importante função econômica e demográfica, em seus países de origem deixam, por outro lado, um prejuízo irreversível de formação de uma mão-de-obra qualificada que não irá contribuir com o desenvolvimento social e econômico de sua sociedade. O próprio Banco Mundial tem percebido estes efeitos perversos e a insuficiência das remessas de migrantes em repará-los. Afirmando que os ganhos econômicos da permanência deste excedente demográfico no país são superiores às remessas, conclui que “a saída das pessoas mais qualificadas prejudica as perspectivas de

crescimento e a produtividade desses países” (BANCO MUNDIAL, 2004). Especialmente dramático é o quadro referente à emigração de médicos, que assola países cujas condições sanitárias e epidemiológicas ainda precárias condena milhões de latino-americanos à morte por cólera, dengue, malária e outras enfermidades infecto-contagiosas, diretamente condicionadas pelas condições sanitárias gerais de vida desta população. Em Granada, país caribenho, 97,5% dos médicos formados no país emigram; este percentual é de 97,2 em Dominica, 21,9% no Haity, 18,5% na República Dominicana e 16,7% na Jamaica.

Até o momento, interpretamos o processo migratório sob o marco teórico-metodológico da teoria marxista da dependência, destacando a formação capitalista da superpopulação relativa, do exército industrial de reserva e do excedente demográfico, o qual se desloca, pelos fatores de atração e de repulsão que expressam a diferença nacional dos salários, da periferia para o centro. É preciso, no entanto, definir de forma mais precisa algumas características específicas da colocação deste excedente migratório na economia em crise dos países centrais: suas repercussões econômicas, políticas e demográficas, e as condições que tornam possível o envio das remessas de migrantes.

4.2 Super-exploração da força de trabalho imigrante

O primeiro aspecto decisivo da colocação do imigrante no mercado de trabalho do país central é a forte carga de exploração da sua força de trabalho, associada à ausência na maioria dos casos de direito a benefícios sociais. Trata-se, portanto, de uma vantajosa combinação ao capital: jornadas de trabalho longas convivem com uma sub-remuneração promovida pelo não pagamento dos encargos trabalhistas e sociais.

“O estatuto político inferiorizante e a fraca qualificação dos imigrados permitem às empresas explorá-los ao máximo (salários baixos, horários frequentemente prolongados, ritmo de trabalho muito intenso). Mas a sua forte taxa de mobilidade traz igualmente aos capitalistas economias apreciáveis sobre as massas salariais: a rápida rotação de trabalhadores imigrados suprime todas as regalias de antiguidade e permite manter uma fraca taxa salarial. Do mesmo modo, os trabalhadores imigrados, que têm uma taxa de atividade superior à média, contribuem para instituições sociais de que só raramente se beneficiam (doença, desemprego, velice). Pode-se assim calcular que na Alemanha os trabalhadores imigrados pagam cerca de 17% de todas as contribuições para pensões de segurança social (quando apenas constituem cerca de 5% da população), mas em troca apenas recebem cerca de 0,5% do montante total” (GAUDEMAR, 1977, p. 27).

Os Estados Unidos atualmente têm dado provas irrefutáveis de que o trabalho imigrante é não apenas necessário para a acumulação capitalista como também é indispensável. É importante destacarmos aqui que a transformação do excedente demográfico em super-população relativa e sua submissão à condição de super-exploração nos países centrais é um processo que, tendo nas relações de produção a sua dimensão concreta e estrutural, rapidamente se reproduz no estatuto político destes trabalhadores. Nos Estados Unidos, as Reformas e Atos da Política Migratória cumpriram esta função: a chamada proposta 187 de Reforma – nascida no Estado da Califórnia quando da crise econômica provocada pela diminuição dos lucros da indústria bélica em meados dos anos 1990 – pleiteava a exclusão dos imigrantes indocumentados de todo o rol de serviços públicos oferecidos pelo Estado. A proposta

foi aprovada pelo eleitorado californiano, processo no qual a ideologia xenófoba cumpriu seu papel. Não demorou muito para que medidas semelhantes passassem da Califórnia para o restante dos Estados Unidos: já em 1996, é aprovada no Congresso norte-americano a Lei de Reforma da Imigração Ilegal e da Responsabilidade do Imigrante, que, além de fortalecer a presença militar na fronteira com o México, impede os imigrantes indocumentados de regularizar sua condição e avança com isso um passo mais na transformação destes trabalhadores em objeto de super-exploração. Para finalizar o processo, ainda em 1996, a proposta 187, antes restrita à Califórnia, é ampliada para todo o território nacional dos Estados Unidos por meio da Lei da Responsabilidade Pessoal e das Oportunidades de Trabalho. Com ela, os imigrantes indocumentados de todo o país ficam completamente à margem dos serviços públicos e dos benefícios sociais existentes nos Estados Unidos (BARRETO, 2005). Estas medidas – e ainda outras abertas pelo Congresso dos Estados Unidos após os atentados de Setembro de 2001 – reforçam a submissão dos trabalhadores imigrantes, a coerção do Estado e do capital sobre eles, e condicionam um estatuto político subalterno para estes trabalhadores, condição indispensável para a sua super-exploração.

Nossa atenção, então, deve se deslocar para a forma com que esta super-exploração incide sobre os latino-americanos (e também africanos e asiáticos) nos Estados Unidos. Analisando especificamente a inserção laboral e as condições de trabalho dos imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, Castelo Branco identifica que

“15% da PEA estadunidense é composta de imigrantes de todos os países, sendo que 5,8 milhões eram mexicanos. Embora estes ocupem uma enorme variedade de funções e cargos dentro da divisão social do trabalho dos Estados Unidos, sua presença é especialmente marcante em tarefas e trabalhos manuais de baixa qualificação. Os principais ramos e setores econômicos absorvedores dos imigrantes mexicanos são:

- o mercado urbano de trabalho em geral e o setor urbano de serviços intensivos em trabalho, como restaurantes, manutenção e limpeza, massagem e outras atividades, em particular;
- indústrias tradicionais de têxteis e confecção, que concorrem globalmente com as indústrias asiáticas, exploradoras de mão-de-obra semi-escrava e que por isso, acabam por empregar força de trabalho barata e não-sindicalizada, perfil que se encaixa os imigrantes mexicanos;
- economia informal, de venda de produtos na rua;
- trabalho diarista nas plantações agrícolas do sul da Califórnia.

Mais precisamente, com base em evidências empíricas, podemos afirmar que os mexicanos distribuem-se da seguinte maneira dentro dos setores econômicos estadunidenses: 4,4% no setor primário, 35,8% no secundário e 59,8% no terciário. 93,9% dos imigrantes estão inseridos nessa divisão social do trabalho a partir de relações assalariadas de trabalho e 6,1% são trabalhadores por conta própria, temporários ou informais” (CASTELO-BRANCO, 2005-2006, ps. 73-74).

As condições políticas discriminadoras abertas pela política imigratória juntam-se às condições laborais acima para a consolidação da superexploração da força de trabalho imigrante na economia norte-americana:

Tabela II - Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento (em US\$ correntes)

Nativos	Mexicanos	Centro-americanos	Caribenhos	Sulamericanos
39575	24270	25750	32515	34400

Fonte: CONAPO, 2008.

Percebe-se, então, a grande importância do trabalho migrante para setores essenciais da economia norte-americana: serviços, indústrias tradicionais e de tecidos e plantações agrícolas. Esta participação, com sua especificidade de uma jornada de trabalho superior à média, ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, superior contribuição fiscal na produção de riquezas e remuneração relativa inferior à média nacional é especialmente importante para o capital em tempos de crise de acumulação do capital. Desde o ano de 2007, mas mais fortemente a partir de 2008, a economia norte-americana passa por uma crise estrutural de seu processo de reprodução do capital, iniciada a partir da explosão de uma bolha financeira do sistema de crédito hipotecário, e que rápido contagiou, pelos mecanismos da centralização do capital em escala mundial e a dependência de grande parte do mundo capitalista do consumo norte-americano, toda a economia norte-americana e mundial. Neste sentido, o processo de recessão econômica com elevação do desemprego, crescimento do endividamento do Estado norte-americano com dificuldades crescentes de continuar financiando-a e sucessivos planos de injeção de dólares na economia para manter os níveis mínimos de consumo e financiamento das atividades produtivas são, em essência, manifestações da crise estrutural do capital e da queda tendencial da taxa de lucros que um maior grau de exploração do trabalho migrante apenas alivia. Nestas condições, o capital se apropria do “estatuto político inferiorizante” dos trabalhadores imigrantes, condenando-os a jornadas de trabalho mais extensas que a prevista em lei e sob condições de trabalho espoliadoras.

“O recurso à imigração permite às empresas fazer face, sem grandes custos sociais, às flutuações conjunturais da atividade. Os imigrantes constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura e que pode, estatutariamente, ser devolvida à procedência sem tensões nem gastos sociais importantes. As empresas, particularmente as que têm fraca composição orgânica do capital, incapazes de planificar a longo prazo, utilizam a fundo esta disponibilidade” (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

Este regime de super-exploração da força de trabalho condena os imigrantes a uma condição política subalterna, na qual as possibilidades de representação sindical, os recolhimentos dos benefícios sociais e as garantias trabalhistas, fogem-lhe inteiramente de seu direito:

“Os trabalhadores imigrantes também não dispõem dos mesmos direitos sindicais, nem de um modo geral do direito de associação e de expressão cultural própria. Esta discriminação social e política que se encontra em todos os aspectos da vida dos imigrados (trabalho, alojamento, saúde, tempos livres...) implica grandes dificuldades para a organização e luta dos trabalhadores imigrados, mesmo para os seus direitos elementares, para escaparem à sua condição de novos escravos...” (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

Não devemos perder de vista aqui outro importante elemento constitutivo da questão migratória internacional: os salários dos migrantes, embora inferiores à remuneração média do trabalhador norte-americano, são superiores aos observados em seus países de origem, razão pela qual muitos migrantes residentes nos Estados Unidos decidem por poupar parte de sua renda e enviá-la aos seus familiares sob a forma de remessas de migrantes. Aqui a diversidade nacional dos salários opera de forma decisiva e deixa claro que as remessas de migrantes, não obstante a grande maioria dos estudos sobre o tema o ignore, inserem-se em um contexto de crescentes desigualdades sociais e econômicas entre os países. Antes de nos concentrarmos no estudo das remessas, precisamos observar outra dimensão da questão migratória internacional e de sua importância para os países centrais, os aspectos demográficos e previdenciários.

4.3 Alívio das pressões demográficas e previdenciárias

Os países centrais passaram ao longo do século – especialmente a partir de 1950 – por um processo conhecido como transição demográfica: o avanço técnico-científico aplicado aos procedimentos médico-hospitalares e a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho dissociaram a tendência histórica na qual mortalidade e fecundidade situavam-se no mesmo nível.

Os países desenvolvidos se encontram, em sua maior parte, em uma fase avançada da transição demográfica, ou já estão incertos no que alguns autores têm denominado 'segunda transição demográfica'. Estas situações se caracterizam por uma diminuição importante do ritmo do crescimento da população, que em certos casos já se encontra em uma fase de decrescimento e em concomitante processo de envelhecimento da estrutura de idades (tradução livre, CEPAL, 2003b, p. 29).

A fecundidade nestes países reduziu muito desde então, passando mesmo a se situar abaixo do nível de 2,1 filhos por mulher – nível este considerado como a Taxa de Reposição, o nível da fecundidade que garante a manutenção do tamanho da população. Enquanto os países subdesenvolvidos apresentam uma Taxa de Fecundidade Total de 2,68, os países desenvolvidos apresentam esta taxa na ordem de apenas 1,66 (ONU, 2011).

“Para fazer frente a essa situação, a imigração internacional tem sido um recurso recorrente por parte dos países industrializados. A Alemanha Ocidental, por exemplo, teve seu crescimento populacional em 1975 garantido graças à imigração e ao crescimento natural entre os imigrantes. Do crescimento da França, entre 1950 e 1975, de 11 milhões, 7 milhões deveram-se à imigração e 4 milhões ao crescimento natural. A partir de 1975 praticamente todo o crescimento da população da França é devido às altas taxas de fecundidade dos imigrantes do Norte da África” (BERQUÓ, 1993).

A tabela abaixo nos permite perceber que, não obstante os países centrais apresentarem taxas de fecundidade abaixo do nível mínimo de reposição de sua população, ainda assim conseguem manter o tamanho de sua população e mesmo aumentá-lo, evitando com isso um agravamento ainda maior da questão previdenciária e o risco mesmo de diminuição absoluta da população. Tal somente é possível em razão dos enormes fluxos migratórios que se dirigem até estes países, e dos efeitos diretos e indiretos da migração ao país.

Tabela III – Taxa de Fecundidade Total e Crescimento Anual da População nos países centrais em 2010

País	TFT	Crescimento Anual da População (em %)
Japão	1,32	0,637
Alemanha	1,36	0,654
Itália	1,38	0,662
Espanha	1,41	0,677
Reino Unido	1,83	0,883
França	1,97	0,951
Estados Unidos	2,07	0,997

Fonte: ONU, 2011.

O Censo Demográfico norte-americano confirma a dinâmica acima para a população dos Estados Unidos na última década: a população latina cresceu, segundo o Censo, a uma taxa 4 vezes superior ao crescimento da população conjunto do país: 43% e 9,7%, respectivamente. Em números absolutos, a população norte-americana na última década aumentou em 27,3 milhões de habitantes, dos quais 15,2 milhões são latino-americanos.

Há, portanto, um duplo benefício de que goza o capital norte-americano pela configuração dos Estados Unidos como maiores recebedores de migrantes latino-americanos: um benefício sócio-econômico, expresso pelas transformações no mercado de trabalho (aumento do exército industrial de reserva e de um lumpem-proletariado em condições ilegais de permanência nos EUA, garantidores de maiores extrações de trabalho não pago); e também um benefício demográfico, que permite ao Estado aliviar o déficit previdenciário com a utilização de um extenso excedente migratório jovem e sem direito à assistência social.

5. Remessas de migrantes

As remessas de migrantes são enviadas aos familiares através de depósitos/transferências bancárias e também por meio de terceiros que, em trânsito, podem entregar o dinheiro pessoalmente aos familiares. Esta última forma, por passar ao largo do registro e da taxaço imposta pelo sistema bancário, não é catalogada no Balanço de Pagamentos, especificamente na conta Transferências Unilaterais. Portanto, sempre que nos referirmos aqui ao valor das remessas, é importante ter em mente que estamos tratando das remessas feitas via sistema bancário, e estas remessas são, portanto, apenas uma parte das remessas totais.

As remessas constituem para o México e países caribenhos a principal forma de entrada de recursos no país, superior mesmo em relação ao Investimento Estrangeiro Direto (MAGALHÃES & MACCHIAVELLO, 2007).

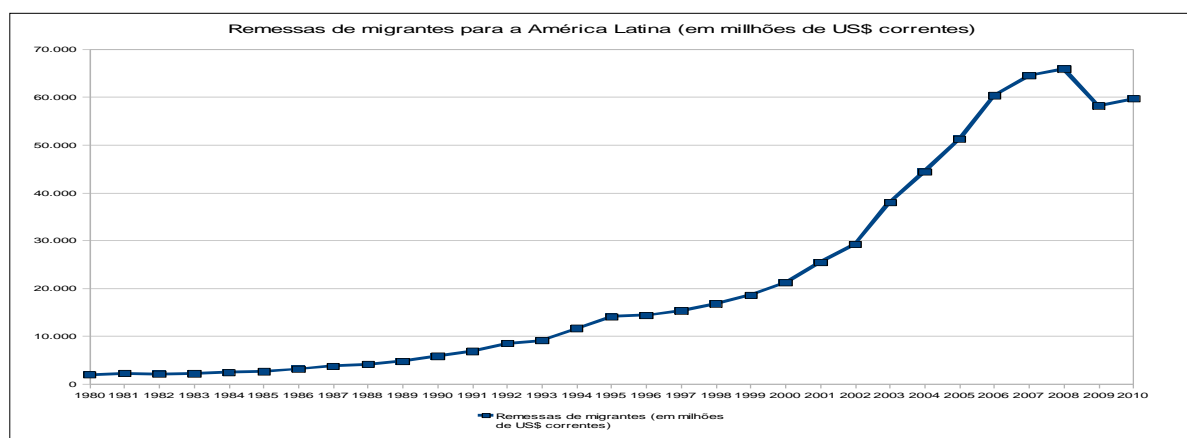
“se fizermos uma análise do papel das remessas no crescimento econômico observando as peculiaridades de cada localidade delas receptora, observaremos que a efetividade destas remessas reverterem pobreza e

gerarem melhores condições de distribuição de renda ainda é incerta. Em geral, o índice de diminuição da pobreza é inferior à 2%, com exceção de El Salvador, onde é 4,5%, e República Dominicana, na qual se observa 2,2%. Com base nestes números podemos afirmar que as remessas de migrantes não surtem efeitos amplos, nacionais, na redução sistemática da pobreza.

Entretanto, chegaremos a conclusões diferentes se analisarmos apenas as comunidades que recebem as remessas, e não o país inteiro. Estudando então as localidades receptoras, pode-se dizer que nelas 'se observa que, em 9 de 11 países analisados, 50% ou mais da população que reside em lugares receptores se encontraria abaixo da linha de pobreza se não contassem com as contribuições destas rendas" (MAGALHÃES & MACCHIAVELLO, 2006, p. 25).

Segundo estudo do Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, órgão da OEA (Organização dos Estados Americanos), as remessas são utilizadas sobretudo para gastos correntes com consumo, aluguel, saúde e educação. A proporção das remessas que é utilizada para esta finalidade, que garante muitas vezes o consumo mais trivial e indispensável mas que não ocorreria de outra forma, oscila entre 46% do total, no Brasil, e 84%, em El Salvador. Tomando a média latino-americana, entre 60% e 70% das remessas são utilizadas para esta forma de consumo, sendo o restante utilizado para atividades como reforma da moradia, construção e reparos nas vias públicas das comunidades e abertura de pequenos negócios.

Gráfico II – Remessas de Migrantes para a América Latina (1985-2010)



Fonte: Base de dados da UNCTAD.

Em termos gerais, estes recursos que entram nos países da América Latina sob a forma de remessas de migrantes atuam decisivamente sobre os indicadores sociais com uma eficácia superior à de qualquer grande programa social de proteção do consumo da família. São 2,5 milhões de latino-americanos que, em razão do recebimento destas remessas efetuadas por parentes residentes nos Estados Unidos, ascendem da linha de pobreza e têm acesso a maior variedade de bens e serviços para consumo (CEPAL, 2005). Este número tende a ser ainda maior, em razão de muitas remessas passarem à margem das vias legais (rede bancária), e sua magnitude tende a se expressar mais claramente nas economias da América Central, absolutamente dependentes de remessas: o aporte sob esta forma registrado em El Salvador permite uma redução do Índice de Gini de 24% (MAGALHÃES & MACCHIAVELLO, 2006), algo inimaginável para qualquer grande programa social de subsídio do consumo ou

de transferência direta de renda. O Haiti, por sua vez, recebe remessas de migrantes da ordem de 150% do valor total de suas exportações durante um ano inteiro (MAGALHÃES & MACCHIAVELLO, 2007).

O México, terceiro maior receptor de remessas do mundo, atrás somente de Índia e China, tem demonstrado o quanto a dependência em relação a estes recursos pode ser prejudicial em um momento de crise como o atual, em que a taxa de desemprego nos Estados Unidos se eleva e a crise de reprodução do capital coloca como alternativa a elavação da exploração do trabalho:

o debilitado mercado de trabalho das economias desenvolvidas terá um efeito negativo sobre as remessas que os trabalhadores migrantes enviam a suas famílias em seus países de origem. As remessas têm sido uma importantíssima fonte de renda externa para a América Latina e o Caribe, já que ajudam a melhorar o bem-estar das famílias de baixa renda (...). Por conseqüência, qualquer redução das remessas afetará a situação das famílias de baixa renda destes países. Trata-se de um fator determinante em termos do impacto da crise econômica e financeira mundial sobre o emprego e a pobreza na região (tradução livre, CEPAL, 2009a, p. 9-10).

Os efeitos da crise capitalista nos Estados Unidos não tardam a afetar o mercado de trabalho, as condições gerais de trabalho dos imigrantes e, também, as remessas de migrantes. A partir de 2008, as remessas têm diminuído a medida em que se eleva o desemprego nos Estados Unidos. Esta diminuição tem um duplo efeito sobre as classes menos favorecidas do México: a afeta por ser ela a maior beneficiária destas remessas e, ainda, por ela passar a receber menos recursos do Estado através dos programas sociais mexicanos, financiados com a taxação de 15% sobre o valor das remessas. São US\$615 milhões a menos em benefícios sociais para acesso à educação, saúde e moradia. Esta população perderá no que recebe de seus parentes residentes nos Estados Unidos e perderá do que recebe do Estado, fragilizado pela crise e pela dependência em relação ao epicentro dela, os Estados Unidos. A gravidade de tal situação se coloca ainda mais claramente se tivermos em mente que entre 60 e 70% das remessas de migrantes são utilizadas para consumo corrente daquelas famílias que as recebem.

Conclusões

Buscamos, nestas páginas, interpretar o processo migratório internacional desde uma perspectiva marxista, que explique, a partir de categorias como super-população relativa, exército industrial de reserva e super-exploração da força de trabalho, como a migração é um produto do desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial, e como também as migrações aos países centrais atuam reproduzindo estas desigualdades, dando maior fôlego à acumulação de capital nos países centrais mesmo em tempos de crise e permitindo, com isso, a reversão da queda tendencial da taxa de lucros e de uma crise previdenciária e demográfica incontornável nestes países.

Esta interpretação supera em grande medida os enfoques existentes sobre migração, que, por se debruçarem sobre a vontade pessoal e a decisão individual de migrar, não captam o essencial do processo migratório: seus condicionantes históricos e estruturais, e a atuação da super-população neste movimento. Por tal

razão, a interpretação marxista é ainda mais importante na análise de como o capitalismo dependente cria um imenso excedente demográfico que, por não encontrar possibilidade de reprodução social digna de sua existência, emigra para os países centrais. Em tal análise, o papel dos planos de estabilização e as reformas neo-liberais implantadas na América Latina desde a década de 1980 aprofundaram as desigualdades sociais, o desemprego e a dependência no continente, fatores condicionantes de primeira importância do processo migratório.

A estratégia de utilização do trabalho migrante para a reversão da queda tendencial da taxa de lucro coloca a questão migratória no patamar de uma contratendência à crise capitalista. Sua vinculação via super-exploração da força de trabalho nos principais setores da economia norte-americana recria, na super-estrutura capitalista, uma política migratória marcada por constantes reformas de inferiorização do estatuto político destes trabalhadores. Este é um elemento indispensável da economia norte-americana dos últimos anos.

A crise capitalista nos países centrais, no entanto, tem diminuído o total das remessas de migrantes, especialmente desde o ano de 2008. Esta diminuição traz sérias repercussões sobre os países dependentes das remessas e, por outro lado, redimensiona uma parte dos fluxos internacionais de trabalhadores: estudos recentes indicam que os Estados Unidos têm sido para muitos migrantes apenas uma passagem temporária antes da emigração a países como a Inglaterra e a Austrália. Também têm se elevado o número de imigrantes espanhóis e portugueses no Brasil. Estas transformações, que resultam dos movimentos da acumulação em escala global, indicam que o tema da migração continua sendo uma característica marcante no atual estágio do desenvolvimento desigual do capitalismo.

Referências

BARRETO, António. **Globalização e Migrações**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005. 292p.

BERQUÓ, Elza. Cairo – 94 e o Confronto Norte – Sul. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo. N. 37, nov. 1993, ps. 7-19.

CASTELO-BRANCO, Rodrigo. Globalização, tratado de livre-comércio da América do Norte e migração internacional: o capital como barreira aos trabalhadores periféricos. In: **Revista Lutas Sociais**, NEILS – USP, v. 15/16, ps. 65-76, ago. 2006.

CEPAL (2003a). **Globalización y migración internacional: la experiencia latino-americana**. SOLIMANO, Andrés. Disponível em <http://www.eclac.cl/celade/default.asp>. Acesso em Abril, 2009.

_____. (2003b) **La migración internacional em América Latina y el Caribe: tendencias e perfiles de los migrantes**. PELLEGRINO, Adela. Disponível em <http://www.eclac.cl/celade/default.asp>. Acesso em Abril, 2009.

_____. (2005) **Lógica y paradoja: libre comercio, migración limitada. Memorias del Taller sobre Migración Internacional y Procesos de Integración y Cooperación Regional**. PIZARRO, Jorge Martinez, ALVA, Maria

Fernanda Stang. Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/>. Acesso em Junho de 2009.

_____. (2009a) **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF. Acesso em Maio de 2009.

_____. (2009b) **Estudio Económico de América Latina y el Caribe. Políticas para la generación de empleo de calidad**. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/36464/2009-252-EEE-2009-Lanzamiento-WEB.pdf>. Acesso em Agosto de 2009.

Consejo Nacional de Población (CONAPO), Series sobre Migración Internacional 2008. Disponível em: www.conapo.gob.mx

FERREIRA, Alceu Conceição, ALVIM, Valdir (orgs). **A Trama da Privatização: A reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, 2001. 224p.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 408p.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, MACCHIAVELLO, Fiorella. Migrações Internacionais na Virada do Século: um olhar sobre a América Latina, **Boletim Atualidade Econômica** Ano 19, Nº 51, pp. 21-25, janeiro-junho, 2007.

HEIDEMANN, Heinz Dieter, SILVA, Sidney Antonio da (orgs). **Simpósio Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 2007. 464p.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, MACCHIAVELLO, Fiorella. **Acumulação Mundial e Imigrações: Uma Perspectiva Latino-Americana**. Relatório final de atividades, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis, Brasil, 2006. Mimeografado.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro, Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 314p.

NOGUEIRA, Francys Mary Guimarães. **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: Unioeste, 2001. 296p.

OEA – Instituto para a Integração da América Latina e Caribe. **Informe sobre as remessas**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/>

STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304p.

UN – Population Division. **World Population Prospects: The 2010 Revision, Data Online**. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/>

UNCTAD (s/d). **Manual de Estadísticas em Línea**. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1890&lang=3>. Acesso em Maio de 2011.

WORLD BANK. **The Factbook 2011 of Migration and Remittances**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>